

## Povos Indígenas e Meio Ambiente Amapá e Norte do Pará

### PLANO DE VIDA DOS POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE

Cerca de 7 mil índios vivem atualmente no município do Oiapoque, no norte do Estado do Amapá. Esta população está dividida em 39 aldeias situadas nas Terras Indígenas Uaçá, Galibi e Juminã e na cidade de Oiapoque. É formada pelos Galibi Kali'na, pelos Palikur, pelos Galibi Marworno e pelos Karipuna – povos etnicamente diferenciados entre si e que se reconhecem enquanto “povos indígenas do Oiapoque”. Esses povos apresentam semelhanças no modo de vida e em suas manifestações culturais, mas cada um mantém sua própria identidade e suas próprias formas de organização política e religiosa. Além disso, cada povo tem seu próprio território na região, controlando áreas situadas às margens de rios diferentes, que pertencem todos à bacia do rio Uaçá. Esses quatro povos que habitam a região do Oiapoque falam línguas aruak (os Palikur), carib (os Galibi-Kali'na) e patoá (os Karipuna e os Galibi-Marworno). Falam também português e francês, devido à proximidade com a Guiana Francesa.

As relações entre esses povos indígenas e outros setores da população regional são intensas e cotidianas. Foram estabelecidas ao longo de pelo menos quatrocentos anos de história de ocupação da região por diferentes nações européias, sociedades indígenas, populações de origem africana e setores sociais dos países que se formaram na América. Ao longo desse processo, os povos indígenas do Oiapoque foram desenvolvendo uma longa experiência de contatos e trocas inter-étnicas.

Nos últimos 40 anos, esse relacionamento se intensificou e os índios passaram a ocupar um grande espaço nas redes de relações da população urbana e regional, elegendo vereadores, participando do comércio local como importantes compradores e fornecedores de mercadorias, ocupando cargos da administração pública e participando do movimento indígena a nível local, estadual e nacional. Na década de 1970, os quatro povos indígenas do Oiapoque iniciaram um processo de articulação política, com a realização anual de grandes assembleias conjuntas. A grande vitória dessa organização coletiva foi a homologação de suas terras, em 1992, e a criação da Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque – APIO. Todo esse processo levou os índios a assumirem cada vez mais responsabilidades na gestão de suas

comunidades e no controle das políticas públicas que as afetam. À medida que o Brasil cresce, os povos indígenas enfrentam cada vez mais a necessidade de participarem da formulação e de fiscalizarem a execução de programas de desenvolvimento e políticas públicas. Para isso, precisam se organizar cada vez melhor e se capacitar para atuarem como protagonistas nos processos de mudança que a sociedade global cada vez mais lhes impõe.

Alguns exemplos dessas mudanças na região do Oiapoque são o atual crescimento do garimpo e do desmatamento. A pavimentação da BR-156, a construção da linha de transmissão de energia e da ponte entre Oiapoque e Saint Georges, além do projeto de hidrelétrica, trazem também grandes mudanças, como o aumento da população nas cidades e a especulação imobiliária. Apesar dessas grandes transformações na região, as ações de assistência em educação e saúde continuam sendo executadas sem planejamento e de forma precária.



Oficina de planejamento participativo na aldeia Santa Izabel.

Ana Paula N. Fonte, 2008.

Para diminuir os impactos dessas transformações na região, há tempos os povos e organizações indígenas do Oiapoque vêm buscando o apoio de um conjunto de instituições parceiras, governamentais e não-governamentais (Funai, TNC, Iepé, Eletronorte e GTZ, além de instituições estaduais e municipais), para a execução de alguns projetos de desenvolvimento e de fortalecimento de sua capacidade de ação e gestão. Entre esses projetos e programas de trabalho, podemos citar a formação de pesquisadores indígenas e gestores do patrimônio cultural indígena, a implantação do

Museu Kuahí dos Povos Indígenas do Oiapoque, o mapeamento participativo das terras indígenas do Oiapoque, a formação de agentes ambientais indígenas e o fortalecimento de associações indígenas. Porém esses projetos vinham sendo desenvolvidos sem muita articulação entre si, o que acabava reduzindo o seu potencial de fortalecer as comunidades indígenas para enfrentar os novos empreendimentos e problemas que vêm surgindo em sua região. Para melhorar essa situação, as comunidades e lideranças indígenas do Oiapoque, em diálogo com as instituições parceiras, resolveram elaborar um plano articulado de ações para a região, de modo conjunto, compartilhado e acordado entre todos.

*“Nossos amigos verificaram que, se o uso do dinheiro das compensações não for bem planejado, este recurso será jogado fora. Resolvemos fazer estas oficinas (lugar onde se constrói as coisas) para construir nosso Plano de Vida. Temos várias etnias em uma mesma área, cada qual com sua particularidade. Por isso as oficinas foram feitas por área, ouvindo o povo de cada região. É em cima dessas especificidades que o Plano de Vida está sendo construído. Será feito um documento com todas as prioridades. O Comitê Gestor foi escolhido na assembléia com o objetivo de acompanhar os processos de compensação e mitigação. Tem representantes de todas as áreas (saúde, educação, política, meio ambiente, cultura etc), além de representantes das instituições envolvidas. (...) Vai ter um momento em que vocês vão ter que pensar em como querem a aldeia de vocês para o futuro. Para isso, é preciso planejar. Esta é só a primeira etapa, depois virão outras. Estamos dispostos a contribuir.”* **Álvaro Silva**, Kariipuna, enfermeiro

### Planejamento participativo do Plano de Vida

Foi assim que lideranças indígenas e parceiros discutiram e propuseram estratégias para a construção participativa de um Plano de Gestão Sócio-Ambiental dos Povos Indígenas do Oiapoque, apelidado de Plano de Vida.

O que é um Plano de Vida? É uma forma de descrever quais são nossos objetivos (ou seja, o que queremos para o futuro), organizar esses objetivos e descrever como esperamos que eles sejam alcançados. É como se fosse um grande projeto, que guiasse todas as ações de uma pessoa, ou de uma comunidade inteira, no rumo de um objetivo maior. No caso dos povos indígenas do Oiapoque, o objetivo maior é garantir uma boa qualidade de vida, tanto no âmbito social quanto no ambiental.

Para a elaboração desse Plano de Vida foi proposto e executado um planejamento participativo, ou seja, as propostas foram construídas coletivamente com a

participação direta dos principais interessados. Assim, as idéias, os objetivos, as prioridades, os problemas e soluções foram compartilhados e organizados por todos, procurando atender as necessidades e desejos de toda a comunidade. Oito etapas foram previstas para colocar o Plano de Vida em funcionamento: 1) articulação dos parceiros; 2) mobilização; 3) oficinas de planejamento; 4) validação pelas comunidades; 5) elaboração de projetos; 6) implementação dos projetos; 7) monitoramento participativo; e 8) avaliação da implementação do Plano de Vida. Todas essas etapas têm como objetivo principal definir de maneira clara e objetiva as mudanças necessárias para a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas da região.

*“Esse trabalho nos fez lembrar de todas as nossas lutas e conquistas. O conteúdo e a dinâmica despertaram o nosso interesse. Conseguíamos captar nossos problemas e identificar os aspectos positivos e negativos. Isso só foi possível graças à ajuda de nossos parceiros. Já presenciamos muitas iniciativas de tentar ajudar os povos indígenas, mas muitas vezes foram feitas de maneira errada. Neste trabalho, participaram as lideranças e parte da comunidade. O relatório será uma ferramenta, mas o que vai ser feito depende de nós. Esta dinâmica contribuiu para o desenho de nossos sonhos, mas temos que querer torná-los realidade.”* **Domingos Santa Rosa**, Galibi-Marwono, técnico agrícola

A proposta de elaboração do Plano de Vida foi apresentada e aprovada na Assembléia Geral dos Povos Indígenas do Oiapoque de agosto de 2008. Entre setembro e dezembro daquele ano, foram realizadas cinco oficinas e atividades de capacitação do comitê indígena eleito para a gestão desse plano. Esses eventos tiveram como objetivo estabelecer conteúdos e técnicas para o processo do planejamento participativo, preparando os povos indígenas para analisar a sua realidade e para identificar, monitorar e avaliar “projetos prioritários”. As oficinas também levantaram pontos que poderiam limitar ou potencializar as mudanças propostas pelos povos e organizações indígenas do Oiapoque, assim como os desafios de sustentabilidade dessas propostas.



Apresentação do Plano de Vida em Macapá.

Em fevereiro de 2009 o resultado sistematizado dessas oficinas foi apresentado e validado em uma Assembléia de Avaliação e Planejamento dos Povos Indígenas do Oiapoque. Para que o Plano de Vida pudesse produzir o efeito esperado, era necessário que ele fosse validado, ou seja, apresentando e aprovado em plenária pelos representantes das quatro etnias dos povos indígenas do Oiapoque e de suas organizações indígenas. A validação também incluiu um novo acordo com as entidades parceiras sobre o processo de implementação do Plano de Vida. O desenvolvimento dessas primeiras etapas foi avaliado pelos participantes como uma iniciativa muito feliz para o momento atual e como um processo adequado para pensar e discutir os problemas que preocupam os índios.



Apresentação do Plano de Vida em Macapá.

Em agosto de 2009, os Povos Indígenas do Oiapoque e seus parceiros organizaram uma grande apresentação de lançamento da publicação dos resultados alcançados no processo de construção do Plano. Na publicação "Plano de Vida dos Povos e Organizações Indígenas do Oiapoque" estão registrados o modo como foram feitas as oficinas de discussão do Plano de Vida e as diretrizes e ações propostas pelas comunidades indígenas nas áreas de saúde, educação, produção, território, meio ambiente, cultura e movimento indígena. Para o lançamento, foram convidados representantes de várias instituições governamentais federais, estaduais e municipais, associações indígenas e organizações não-governamentais. A proposta do evento foi construir novas parcerias e novos compromissos coordenados em favor de uma melhoria na qualidade de vida interna, das ações externas e da sustentabilidade sócio-ambiental desses povos.

Para atingir esses objetivos, serão realizadas diversas oficinas de projetos que estejam alinhados com o objetivo do Plano. Esses projetos serão colocados em prática de acordo com o que foi planejado para cada um e com a disponibilidade de financiamento por parte das instituições parceiras. Pretende-se que esses projetos sejam monitorados e avaliados periodicamente, de modo a garantir que os objetivos sejam alcançados.

O processo de construção desse Plano de Vida representa a reafirmação da posição específica dos índios dentro da sociedade nacional, com direitos indígenas garantidos na Constituição, mas sempre em busca do fortalecimento de suas formas próprias de organização social, cultural e de conservação ambiental.

## MUDANÇAS NA REGIÃO DE FRONTEIRA

Oiapoque é uma cidade do interior do Amapá, que fica a 600 km da capital do estado, Macapá. Até o final da década de 1970, a última cidade brasileira antes da Guiana Francesa só podia ser alcançada pelo oceano, saindo de Belém ou do litoral amapaense e subindo as águas do rio Oiapoque, que dividem o Brasil da Guiana Francesa. Nas décadas de 1980 e 90, a população de Oiapoque observou a distância que a separava do resto do Brasil ser gradativamente diminuída, com a abertura da BR-156 e com o aumento da presença do Estado nacional na região. Essa mudança foi acompanhada por uma intensa migração proveniente dos estados vizinhos, especialmente Maranhão e Pará. As pessoas se deslocavam para Oiapoque para trabalhar nos garimpos, que cresceram muito na região, ou para atravessar a fronteira em busca de uma vida mais confortável em território francês. Nos últimos 30 anos, a população urbana de Oiapoque passou de pouco mais de 2.000 pessoas para mais de 30.000 nos dias atuais.

Esse crescimento foi acompanhado de uma maior presença do Estado brasileiro na região, abrindo estradas, fundando municípios, fornecendo energia elétrica e inúmeros programas de educação e assistência. Entretanto, a maior parte dessas atividades públicas vem sendo realizada sem um planejamento adequado, sem estudos prévios e sem ações para evitar impactos sobre o meio ambiente e, sobretudo, sobre os povos tradicionais que lá vivem.



Trabalho em grupo sobre as diretrizes do Plano de Vida, Macapá.

## DIRETRIZES DO PLANO DE VIDA DOS POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE

### Saúde

- | Ampliar e reestruturar a infraestrutura física e administrativa das unidades de atendimento à saúde indígena.
- | Garantir a manutenção da infraestrutura física e administrativa e aquisição dos materiais necessários ao atendimento da saúde indígena.
- | Garantir o atendimento à saúde indígena com profissionais habilitados e qualificados.
- | Ampliar as ações de saneamento básico nas aldeias.
- | Garantir ações de assistência farmacêutica com respeito às práticas tradicionais indígenas.
- | Priorizar a formação e contratação dos trabalhadores indígenas para executar as ações de saúde indígena.
- | Promover a intensificação das ações de controle de endemias e doenças infectocontagiosas.
- | Garantir a imunização dos povos indígenas.
- | Garantir o deslocamento de pacientes indígenas para as unidades de atendimento à saúde indígena.
- | Garantir mecanismos de comunicação adequados ao atendimento à saúde indígena.
- | Fortalecer a participação da comunidade indígena, na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação da política de saúde indígena.

### Educação

- | Ampliar e reestruturar a infraestrutura física e administrativa das unidades de educação escolar indígena.
- | Garantir a manutenção da infraestrutura física e administrativa e dos materiais necessários ao funcionamento das unidades de educação escolar indígena.
- | Garantir a formação inicial e continuada de professores indígenas em nível médio e superior.
- | Garantir o acesso e permanência de professores indígenas em cursos universitários.
- | Garantir a produção, distribuição e utilização de material didático específico em línguas indígenas, bilingües ou em português.
- | Garantir o deslocamento de estudantes indígenas para as unidades de ensino escolar indígena.
- | Garantir o apoio político-pedagógico para o funcionamento das unidades escolares indígenas, em respeito à realidade de cada povo indígena.
- | Garantir a distribuição regular e de qualidade da merenda escolar, de acordo com os padrões alimentares de cada povo indígena.

### Produção

- | Fortalecer o apoio ao desenvolvimento de atividades produtivas indígenas sustentáveis.
- | Garantir a formação inicial e continuada de profissionais

indígenas em áreas específicas em nível médio e superior.

| Promover a utilização de áreas desmatadas, com aumento de produtividade e recuperação florestal e produtiva das áreas degradadas.

| Apoiar as iniciativas de beneficiamento e comercialização de produtos de plantas nativas e cultivadas.

| Garantir a reprodução de animais da fauna nativa.

| Resgatar e conservar espécies tradicionais de uso indígena.

### Território e meio ambiente

| Promover ações de ordenamento territorial, de promoção do uso sustentável e de proteção e conservação dos recursos naturais.

| Garantir o manejo adequado de animais silvestres.

| Garantir a gestão adequada dos recursos hídricos das terras indígenas de acordo com os conhecimentos e práticas dos povos indígenas.

| Garantir o manejo adequado dos recursos pesqueiros de acordo com os conhecimentos e práticas dos povos indígenas.

| Garantir a vigilância e fiscalização das terras indígenas.

| Garantir a mitigação e compensação dos impactos gerados pela implantação de empreendimentos nas terras indígenas.

| Aumentar a cooperação com países amazônicos vizinhos.

| Promover o desenvolvimento de atividades voltadas para o ecoturismo nas terras indígenas do Oiapoque.

| Garantir a implantação de infraestrutura nas aldeias.

### Cultura

| Promover e valorizar a cultura indígena do Oiapoque.

| Registrar, documentar e gerir o patrimônio cultural indígena.

| Garantir a divulgação da cultura indígena do Oiapoque.

| Garantir o processo de produção artesanal.

| Garantir a formação de indígenas para a pesquisa e gestão do patrimônio material e imaterial dos povos indígenas do Oiapoque.

### Movimento Indígena

| Fortalecer a capacidade institucional das organizações indígenas para a execução de suas responsabilidades.

| Apoiar os mecanismos de transparência e participação social na tomada de decisões sobre os empreendimentos.

| Garantir a construção e o fortalecimento de parcerias para o desenvolvimento de ações junto aos povos indígenas.



O Boletim Povos Indígenas e Meio Ambiente – Amapá e Norte do Pará é uma publicação do Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena.

**Conselho editorial:** Denise Fajardo Grupioni, Dominique Tilkin Gallois, Lúcia Szmrecsányi e Luís Donisete Benzi Grupioni

**Colaboração:** Francisco S. Paes, Lux B. Vidal, Décio Horita Yokota e Alexandre Goulart (TNC)

**Diagramação:** Tipográfico Comunicação

Esta publicação foi possível por meio do generoso apoio do povo dos Estados Unidos através da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID). O conteúdo é da responsabilidade dos autores e não necessariamente reflete a visão da USAID ou do Governo dos Estados Unidos.

**Apoio:**



**Escritório do Iepé em Macapá:**

Av. Raimundo Alves da Costa, 1.689 – Bairro Santa Rita 68.900-074 - Macapá - AP  
Tel (96) 3223 7633 - Fax (96) 3223 2052  
sede-macapa@institutoiepe.org.br  
www.institutoiepe.org.br

## Povos Indígenas e Meio Ambiente Amapá e Norte do Pará

### O PROBLEMA DO LIXO NAS TERRAS INDÍGENAS

O lixo é hoje um dos grandes problemas ambientais no mundo todo. Quanto mais aumenta o consumo de produtos industrializados, mais aumenta a quantidade de lixo descartado. Até hoje, na maioria dos lugares, a única coisa que se faz para resolver esse problema é tirar o lixo de nossas vistas. Mas isso, além de não resolver nada, ainda tem causado grandes problemas nos lugares em que o lixo tem sido depositado. Quanto maior a cidade, maior a quantidade de lixo produzida por seus habitantes, e maior a dificuldade para se encontrar um destino apropriado para ele. Em muitos lugares não existe nem mais espaço para tanto lixo.



Lixão a céu aberto na região de Brasília.

A legislação brasileira diz que o lixo das casas deve ser levado para um "aterro sanitário", que é um lugar especialmente construído para enterrá-lo. Mas construir um aterro custa muito caro e só existem poucos destes no Brasil. Infelizmente, a maior parte do lixo das cidades é levada para os lixões, que são terrenos a céu aberto, sem nenhum tipo de proteção, onde caminhões de coleta domiciliar jogam os detritos recolhidos nas ruas, gerando problemas graves como poluição, doenças e contaminação da água. Além disso, a quantidade de lixo tem crescido muito nos últimos anos e a maioria dos lixões próximos das cidades já está lotada.

É interessante entendermos um pouco a história do lixo. Durante muito tempo, o que as pessoas jogavam fora eram apenas restos de alimento e papéis, que são materiais orgânicos, ou seja, que se decompõem

naturalmente. Hoje, a maior parte do lixo nas cidades continua sendo de material orgânico, mas cresceu muito a quantidade de lixo formado por embalagens de alimentos e de objetos que não são feitos apenas de papel, mas de plástico, metal e vidro. Além dessas embalagens, também são jogados fora aparelhos eletrônicos, pilhas e baterias que contêm produtos químicos perigosos. Esses materiais não se decompõem facilmente, levam anos para deixarem de existir, e acabam por poluir o solo, as águas e o ar.

A decomposição de matéria orgânica (restos de alimentos, por exemplo) nos lixões produz um gás, denominado "gás metano", que aumenta o aquecimento global, ou seja, contribui para aumentar a temperatura média do nosso planeta. Os lixões também produzem o "chorume", um líquido escuro, mal cheiroso e altamente tóxico, que se infiltra na terra e polui os lençóis de águas subterrâneas. O lixo a céu aberto também atrai moscas, mosquitos, vermes e ratos, que podem causar diversos tipos de doenças, como disenteria, cólera, leptospirose, dengue, febre amarela e malária.

Uma das formas encontradas para diminuir a quantidade de lixo nas cidades é o reaproveitamento dos materiais que seriam descartados. Assim, ao invés de jogar fora uma garrafa "PET", por exemplo, podemos reutilizá-la para guardar outros líquidos. Outra forma de reduzir o volume do lixo é reciclá-lo. Reciclar significa aproveitar o material de que é feito um objeto para transformá-lo em novos objetos, em outros produtos que sejam úteis. A reciclagem de embalagens após o consumo é uma forma de diminuir a extração dos recursos naturais, como a água e também energia, pois permite que produtos novos sejam feitos com matérias-primas já utilizadas. Hoje há uma grande discussão, no Brasil e no mundo todo, sobre a necessidade de diminuir a quantidade de lixo gerado pelas pessoas e pelas indústrias e também sobre formas corretas de descartar o lixo.

O problema do lixo não é mais só um problema das cidades e dos centros urbanos. Ele também é um problema para as terras indígenas e o seu entorno. Com o aumento do número de pessoas e maior disponibilidade de salários e aposentadorias, o consumo de produtos industrializados tem crescido muito nas aldeias, o que leva a uma quantidade crescente de lixo. Sem maneiras

corretas de descartar os materiais que não são mais utilizados, o lixo se acumula nas aldeias, em contato com o meio ambiente, a terra, a água, o ar, os animais e as pessoas, gerando grandes riscos de doença e de contaminação.

Dentro das terras indígenas muitas embalagens de produtos provenientes da cidade são reaproveitadas, como garrafas de refrigerantes, vasilhas de plástico ou de vidro e sacos plásticos reforçados. Isso ajuda a diminuir a quantidade de lixo. Mas muitas embalagens, como vidros, latas e sacos plásticos furados, bem como restos de equipamentos e objetos, vão sendo descartados em qualquer lugar e se acumulam nas aldeias. Pilhas e baterias são cada vez mais consumidas e depois descartadas, podendo contaminar a terra e as águas dos igarapés. Os povos indígenas precisam, assim, pensar em como lidar com este lixo industrializado, que só tem aumentado, mais e mais.

Mesmo nas cidades, não existem ainda soluções para controlar o aumento do lixo. Uma das melhores formas de controle continua sendo diminuir ao máximo o consumo de produtos e embalagens que geram lixo perigoso.

## LIXOS PERIGOSOS

Alguns tipos de lixo encontrados dentro das terras indígenas representam um risco grande de contaminação para o meio ambiente e para a saúde das pessoas. Por conta desse risco, esses lixos são considerados perigosos e devem ser tratados como prioridade. Dentre eles há o lixo do posto de saúde, pilhas e baterias usadas, embalagens para combustíveis e agrotóxicos, além de outros que contêm produtos químicos prejudiciais. A legislação brasileira define que esses tipos de lixos precisam de um cuidado especial e que não podem ser tratados da mesma maneira que os outros lixos. Mas, infelizmente, a maioria dos municípios brasileiros não tem as instalações necessárias para tratar esse tipo de lixo da maneira que a legislação estabelece, nem tem recursos para enviar esses lixos para os locais aonde eles podem ser tratados para se tornar menos perigosos.



Lixo do posto de saúde.

Simone Ribeiro, 2009.

## TEMPO DE DECOMPOSIÇÃO DO LIXO

O tempo de decomposição de um objeto industrializado depende do material de que ele é feito e também das condições do ambiente em que ele foi descartado. Se um material é jogado no mar, por exemplo, vai se decompor de maneira diferente do que se for jogado no rio ou na terra. Veja abaixo quanto tempo leva para alguns materiais se decomponham quando jogados no solo:

Material	Tempo
Papel	3 meses
Ponta de cigarro	1 a 2 anos
Chiclete	5 anos
Madeira pintada	14 anos
Nylon	30 anos
Plástico	450 anos
Alumínio	200 a 500 anos
Fralda descartável	600 anos
Vidro	4.000 anos

Fonte: Unicef

Os tipos de lixo mais perigosos encontrados hoje nas terras indígenas são:

**Lixo do posto de saúde** - O lixo do local onde são atendidas pessoas doentes ou machucadas pode estar infectado com as doenças dessas pessoas. Como muitas doenças tratadas no posto de saúde são contagiosas, pessoas que tiverem contato com esse lixo podem se contaminar também. Nem todo o lixo do posto de saúde é perigoso por estar contaminado ou ser contagioso. Esse lixo pode conter embalagens, plásticos e papéis que não tiveram contato com os doentes. Mas como esses materiais são misturados com gaze, algodão, luvas e outros materiais utilizados para limpar ferimentos, todo o lixo do posto precisa ser tratado como se estivesse contaminado. Além disso, o lixo dos postos de saúde é perigoso quando é deixado ao alcance de crianças, que gostam de brincar com as seringas e luvas de borracha. Os remédios vencidos ou não utilizados também são perigosos. Esse lixo deve ser completamente incinerado ou enviado para um aterro sanitário específico.

**Embalagens de agrotóxicos** - Os agrotóxicos são venenos poderosos que matam não só as pragas das roças, mas também poluem a terra e a água e podem matar pessoas e animais. As embalagens usadas ainda contêm partes desses produtos e por isso não devem ser reaproveitadas. A legislação brasileira estabelece que essas embalagens devem ser devolvidas para a loja que as vendeu e que o vendedor deve enviar as embalagens de volta para o fabricante. Então, depois

de usadas, essas embalagens teriam que ser levadas de volta para o lugar onde foram compradas. Agrotóxicos, de modo geral, não deveriam ser utilizados dentro das terras indígenas, pois além de não haver estrutura para o correto transporte e devolução dessas embalagens, esses produtos necessitam de treinamento e de equipamento de proteção especial para serem corretamente usados (máscaras, luvas, roupas).

**Baterias de carros ou de sistemas de energia solar** -- As baterias são muito pesadas porque boa parte delas é feita de chumbo, que é um material muito tóxico. Além disso, elas contêm um líquido muito corrosivo que não pode entrar em contato com a pele nem ser derramado na terra ou na água. Esse líquido solta um gás tóxico que não deve ser respirado pelas pessoas. As baterias não podem ser abertas porque contêm produtos químicos muito perigosos. Elas também não devem ser guardadas dentro de casa ou de lugares onde dormem pessoas, pois soltam gases tóxicos mesmo quando não foram abertas. A lei obriga as lojas que vendem baterias a aceitarem as baterias usadas, para que sejam enviadas de volta ao fabricante.

**Pilhas, baterias recarregáveis, lâmpadas fluorescentes** - As pilhas, baterias de celulares, lâmpadas fluorescentes, termômetros, bóias de poço e outros instrumentos contêm mercúrio e outros produtos químicos altamente perigosos, chamados de “metais pesados”. Esses produtos estão entre os venenos mais perigosos para as pessoas e podem levar à morte mesmo em quantidades muito pequenas. Apesar das leis ainda não serem muito claras sobre o que se deve fazer com eles, em algumas cidades grandes existem programas específicos de coleta desses materiais, que são enviados de volta às fábricas para que sejam destruídos. Nas terras indígenas, esses materiais devem ser guardados em local seco e seguro, até serem enviados de volta para a cidade.

## FORNO DE QUEIMA DE LIXO

Algumas comunidades indígenas têm desenvolvido algumas experiências para tentar solucionar o problema do acúmulo de lixo. O forno de queima criado pelos Galibi-Marworno da aldeia Tukay, na Terra Indígena Uaçá, é uma delas. A comunidade transformou um velho forno de farinha em local onde o lixo é armazenado e queimado, ficando ao abrigo da chuva e da curiosidade das crianças e animais. Soluções práticas como essa aumentam a segurança das comunidades na medida do possível, até que procedimentos mais eficientes, recomendados pela legislação, possam ser aplicados também dentro das terras indígenas.

Ainda hoje, queimar o lixo doméstico continua sendo uma prática comum entre as populações sem acesso à coleta de lixo. Em muitos lugares da Amazônia é comum cavar buracos no chão para depositar o lixo



Décio Yokota, 2009.

Pilhas e outros lixos jogados na terra.

antes de queimá-lo. Entretanto, há vários problemas em fazer isso de forma indiscriminada. O primeiro é que o amontoado de lixo fica exposto, atraindo o interesse de crianças e animais domésticos, que podem se contaminar e adoecer. O segundo é o risco de contaminação do solo e lençóis freáticos, principalmente quando a chuva transforma o buraco em um verdadeiro “poço de lixo”, em que a água contaminada penetra no solo. Essa maneira de tratar o lixo também torna difícil a queima completa do lixo, pois quando é exposto às chuvas da região amazônica não pega fogo facilmente. Além de tudo, o costume de misturar todos os tipos de lixo nesses buracos faz com que nem tudo seja queimado e acabem sobrando resíduos que vão se acumulando no buraco. Papéis, plásticos, madeira queimam, enquanto vidro e metal não pegam fogo. É preciso lembrar ainda que alguns materiais liberam substâncias muito tóxicas ao serem queimados. Como proceder então em áreas sem coleta de lixo e com crescente aumento desse tipo de resíduos?

Em alguns locais foi encontrada uma solução prática e viável – mesmo que provisória – para melhorar e aperfeiçoar a prática da queima do lixo. A iniciativa dos Galibi-Marworno, de construir um forno incinerador na aldeia, tem sido levada a outras comunidades indígenas do Amapá e norte do Pará. Fornos experimentais vêm sendo construídos pelos próprios índios, com incentivo



Tori Linke, 2009.

Construção de forno de queima de lixo na Terra Indígena Waiãpi.

do lepé, com o objetivo de queimar principalmente o lixo dos postos de saúde, que pode estar infectado com doenças e é um dos lixos mais perigosos para a saúde. Esses fornos têm sido feitos de tijolos e possuem chaminé e telhado contra chuva. A ideia é auxiliar essas comunidades em seu costume de queimar o lixo, tentando reduzir ao máximo a contaminação de pessoas, animais domésticos e do meio-ambiente. Paralelamente, tem sido feito um trabalho de informação sobre a questão do lixo nas terras indígenas, por meio de oficinas e encontros entre professores, lideranças, agentes de saúde e agentes ambientais.

O primeiro forno foi construído na maior aldeia da TI Parque do Tumucumaque, aldeia Missão Tiriyo, onde vivem mais de 400 Tiriyo e Kaxuyana. Nesta região também existe uma base da Força Área Brasileira (FAB) e uma missão franciscana. O grande trânsito de pessoas e mercadorias lá existentes vêm fazendo com que a entrada de produtos industrializados cresça ano a ano, assim como o lixo acumulado, que não vem sendo descartado de forma adequada. O segundo forno foi construído na aldeia Kumarumã, da TI Uaçá, onde vivem os Galibi-Marworno. Esta aldeia conta com cerca de mil e seiscentos habitantes, e é a mais populosa do Estado do Amapá. Pela sua distância da cidade e da estrada, a aldeia Kumarumã também não dispõe de serviço de coleta de lixo. Já um terceiro forno foi feito no posto Aramirã, na TI Waiãpi. Nessa terra indígena, termina o trecho da Rodovia Perimetral Norte que se inicia em Macapá. Com o acesso facilitado pela estrada, a entrada de produtos industrializados – e, portanto, de lixo perigoso – é muito grande. Aproveitando esta facilidade de acesso, o forno foi construído no posto situado na margem da rodovia, para que os moradores das aldeias próximas possam ter acesso a ele.

Apesar desses fornos para queima de alguns tipos de lixo não serem a solução ideal para resolver os problemas do lixo, eles vêm funcionando muito bem nos locais onde foram instalados. Muitas outras aldeias situadas nas terras indígenas onde foram construídos esses primeiros fornos já estão interessadas em experimentar a ideia.

É importante entender que, atualmente, o lixo acumulado nas aldeias é muito diversificado, incluindo materiais que nunca se decompõem ou demoram muitos anos para desaparecer. Por isso, é importante as comunidades indígenas se preocuparem em encontrar soluções para

descartar o lixo, que tem crescido com o aumento do consumo de produtos industrializados e, também, em encontrar formas de controle para que não se acumulem amontoados de lixo nas terras indígenas. A iniciativa de construir fornos para auxiliar as comunidades a lidar com lixo perigoso não é a solução completa do problema, mas é uma etapa importante do processo de conscientização a respeito do perigo do lixo e da responsabilidade de todos em buscar alternativas conjuntas para resolvê-lo.

*O forno de lixo do Tukay foi construído com o incentivo dos professores, que compraram as telhas. Os alunos trouxeram o barro e o restante do material. Com um dia de trabalho e participação de toda a comunidade o mesmo ficou pronto. Depois que passamos a usar o forno para queimar o lixo, diminuiu muito a quantidade de casos de malária e dengue na aldeia, e não temos mais o risco de pegar doenças através do lixo do posto de saúde, que é todo queimado. Recentemente o forno recebeu uma reforma, também feita pela própria comunidade. Queremos fazer mais dois fornos pequenos, um em cada ponta da aldeia, para facilitar o transporte do lixo. Se todo mundo colaborar, não precisa de muita coisa para construir um forno desses. É um benefício para nossas crianças, para nós mesmos. Ficamos muito satisfeitos em saber que nossa ideia está sendo aproveitada em outras aldeias, por outros povos indígenas. É com a força da comunidade que a gente faz as coisas. A gente está pronto para dar apoio a quem quiser seguir o nosso exemplo. Caciue Roberto Monteiro, aldeia Tukay.*



Forno de queima de lixo da Aldeia Tukay, Terra Indígena Uaçá.

Ana Paula Nóbrega, 2009



O Boletim Povos Indígenas e Meio Ambiente – Amapá e Norte do Pará é uma publicação do lepé – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena.

**Conselho editorial:** Denise Fajardo Grupioni, Dominique Tilkin Gallois, Lúcia Szmercsányi e Luís Donisete Benzi Grupioni

**Colaboração:** Décio Horita Yokota, Iori Linke

Esta publicação foi possível por meio do generoso apoio do povo dos Estados Unidos através da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID). O conteúdo é da responsabilidade dos autores e não necessariamente reflete a visão da USAID ou do Governo dos Estados Unidos.

**Apoio:**



**Escritório do lepé em Macapá:**

Av. Raimundo Álvares da Costa 1689

Macapá - AP - 68900-074

Tel/Fax: (96) 3223 7633 / 3223 2052

sede-macapa@institutoiepe.org.br

[www.institutoiepe.org.br](http://www.institutoiepe.org.br)

## Povos Indígenas e Meio Ambiente Amapá e Norte do Pará

### MUDANÇAS CLIMÁTICAS E POVOS INDÍGENAS

Nos últimos anos, várias comunidades indígenas têm verificado a ocorrência de mudanças relacionadas ao clima que vêm afetando diretamente seus ciclos anuais de atividades de subsistência. Essas comunidades têm identificado e relatado períodos mais prolongados de seca (estiagem) ou, ao contrário, de fortes chuvas, ou ainda eventos como florações fora de época.

Uma das mais famosas paisagens da Amazônia, o Rio Negro, por exemplo, tem andado irreconhecível. Em julho de 2009, atingiu seu maior nível histórico - 29,7 metros, desalojando milhares de pessoas. Pouco mais de um ano depois, uma seca intensa fez seu curso d'água desabar para 13,6 metros, batendo um novo recorde.

Estes fenômenos podem estar ligados a uma questão que vem mobilizando a opinião pública mundial e preocupando governos, pesquisadores e comunidades: as mudanças climáticas causadas pela ação do homem.

O clima varia naturalmente, alguns anos são mais quentes, em outros chove mais, porém, muitos estudos vêm mostrando que a ação do homem está intensificando esta variação, e causando as chamadas mudanças climáticas. O principal efeito dessas mudanças é o aumento das temperaturas no planeta, criando dificuldades de adaptação para todos os seres que nele vivem, especialmente para os seres humanos. Por essa razão, é importante entender o que são as mudanças climáticas e seus efeitos, para que sejam tomadas as medidas necessárias para controlar as conseqüências negativas destas mudanças.

Apesar de se tratar de um assunto muito discutido nos dias atuais, há pessoas que não consideram que se trate de um problema real. Isso depende muito do quanto elas são atingidas pelos efeitos dessas mudanças no clima. No entanto, a grande maioria dos países e dos cientistas está chegando à conclusão de que se trata sim de um problema real, que deve ser controlado e, por isso, vêm se mobilizando.

Esta mobilização está fortemente baseada em estudos científicos que mostram que o aquecimento global já está acontecendo e já é o causador de acontecimentos importantes como o aumento do nível dos mares, que



Nos últimos 5 anos a Amazônia enfrentou duas secas recordes.

pode causar inundações em muitas ilhas e áreas costeiras; o aumento da temperatura do ar, provocando alterações em alguns ciclos de vida de plantas e animais; ou a ocorrência de catástrofes como tempestades, inundações, secas prolongadas, com uma frequência que não era vista antigamente. Por outro lado, aqueles que defendem a posição de que este não é um problema tão ameaçador para o planeta, também vêm investindo em estudos científicos que comprovem isso.

### MAS O QUE SIGNIFICAM MUDANÇAS CLIMÁTICAS?

As mudanças climáticas são acontecimentos do clima, que aparecem fora do ritmo de estações que verificamos normalmente. Elas não devem ser confundidas com alterações climáticas regulares ou cíclicas, ligadas às estações do ano (épocas de chuva, de seca, de frio e de calor), nem com as mudanças decorrentes de catástrofes naturais (como terremotos, erupção de vulcões ou tsunamis).

Hoje em dia muito se fala sobre elas, por que elas estão acontecendo?

As mudanças climáticas estão acontecendo em grande parte por causa da intensificação do efeito estufa.

E o que é o efeito estufa?

Trata-se de um fenômeno natural que permite que a temperatura do planeta não fique nem muito quente nem muito fria.

O efeito estufa, em si, não é ruim, na realidade, ele é necessário para que haja vida na Terra, pois ajuda a segurar o calor do sol e manter a temperatura quente. Sem ele, o planeta seria muito frio e nenhum de seus habitantes - sejam as plantas, os animais ou os homens - poderiam se manter vivos.

Podemos verificar como ocorre o efeito estufa ao ficar dentro de um carro fechado em um dia de calor. Quando o dia está quente, o calor do sol esquenta o ar presente no interior do carro. Porém, o ar aquecido não pode sair, o que faz com que sintamos mais calor dentro do carro do que se estivéssemos fora dele, pois o calor não pôde ser liberado. A mesma coisa acontece nas estufas, para criação de mudas de plantas: ela é envolvida por um plástico ou vidro, para que se mantenha uma boa temperatura para que as plantas possam germinar e crescer. É isto que acontece com o nosso planeta: o ar aquecido pelo calor do sol fica preso devido à camada de gases de efeito estufa.

O problema é que hoje a ação humana, através da queima de combustíveis (que gera a fumaça de automóveis), da poluição de fábricas ou da queimada de florestas causa uma liberação muito elevada de gases de efeito estufa. Isso faz com que a camada de gases que impede a saída de calor do planeta aumente muito, gerando aquilo que chamamos de "efeito estufa". Assim, o calor que fica no planeta fica maior, levando ao aumento da temperatura do planeta Terra que, por sua vez, provoca fenômenos extremos como chuvas fortes e secas prolongadas em níveis que não eram observados antigamente. Resumindo, quanto maior a quantidade de gases de efeito estufa no ar, mais se segura o calor do sol, maior fica a temperatura do planeta (aquecimento global) e mais alterados ficam os eventos climáticos (secas e chuvas).

Devido a isso que chamamos de "aquecimento global", em muitos lugares do mundo, o clima está sendo alterado. Por isso é necessário diminuir a emissão desses gases de efeito estufa no ar, através da diminuição do uso de automóveis, da poluição das fábricas e da queimada e destruição das florestas.

Muitos cientistas concordam que a temperatura média do planeta está aumentando para níveis preocupantes, e vem procurando demonstrar que, se nada for feito, os efeitos que já estão sendo observados podem piorar ainda mais no futuro.

Com base nisso, uma grande mobilização política internacional em torno das mudanças climáticas está sendo feita. Já em 1992, uma convenção foi assinada por muitos países para que conseguissem garantir a estabilidade do clima do planeta (chamada de Convenção Quadro das Mudanças Climáticas). Em 1997, um documento conhecido como Protocolo de Kyoto foi assinado por 84 países. Nele, se comprometiam a reduzir a liberação de gases de efeito estufa na atmosfera.

## EFEITO ESTUFA: COMO E POR QUE ELE OCORRE?

O efeito estufa acontece porque o ar é composto por uma série de gases dentre os quais encontramos a água e outros gases, como o chamado gás carbônico (CO<sub>2</sub>). A maioria destes gases não tem cheiro nem cor.

Existe na natureza um elemento chamado carbono, que é encontrado em todos os animais, plantas e árvores. Ele faz parte do ar, apesar de não podermos vê-lo, e também está presente em combustíveis como a gasolina e o diesel. Quando se faz uma queimada, a fumaça que observamos é feita na maior parte de água e carbono, que antes estavam presentes nas árvores e plantas. Com o calor do fogo, a água é liberada em forma de vapor e o carbono é liberado na forma de um gás, chamado gás carbônico. Este gás também é conhecido pela sigla CO<sub>2</sub>. Além da queimada, ele está presente também na fumaça que sai dos carros e das fábricas.

Uma parte destes gases presentes no ar, dentre os quais o gás carbônico, forma uma camada ao redor do planeta que segura o calor do sol na Terra, funcionando como se fosse um cobertor ao seu redor. Estes gases são chamados gases de efeito estufa.

Com o efeito estufa, o sol envia raios que geram calor, aquecendo o ar. Boa parte destes raios ao atingir o solo, os rios e os oceanos é refletida e enviada de volta ao espaço. Porém, a barreira criada por esta camada de gases de efeito estufa barra a saída de muitos destes raios, o que faz com que o calor seja mantido no nosso planeta, aumentando as temperaturas.



## A DEVASTAÇÃO DA FLORESTA E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Os estudos sobre mudanças climáticas mostram que o desflorestamento e a diminuição das florestas tropicais no mundo podem ser grandes causadores das mudanças climáticas, pois representam 20% do total de gases de efeito estufa liberados no mundo. Quando a floresta é derrubada ela também deixa de contribuir para a manutenção do clima e do regime das chuvas, além de levar a uma perda da biodiversidade, que pode afetar seriamente as condições de vida de milhares de pessoas que vivem na floresta e dependem da floresta.

O corte industrial de madeira, a conversão de florestas em grandes plantações da agroindústria, a mineração, outras atividades extrativistas em grande escala e as obras de infra-estrutura (hidrelétricas, estradas e linhas de transmissão) têm contribuído para a derrubada e devastação das florestas no Brasil e no mundo.

Na floresta amazônica, o desmatamento que vem ocorrendo pode conduzir a um processo de “savani-zação” dessa região, contribuindo mais ainda para o aumento da temperatura na Terra. Essa transformação da floresta em cerrado na Amazônia é um risco para o qual muitos cientistas estão chamando atenção. Ao ver suas áreas transformadas em uma mata mais rala e aberta, as comunidades indígenas, que dependem das suas florestas para sobreviver, pois delas retiram seus alimentos, água, remédios, etc, podem ter sua vida muito comprometida, já que a floresta não poderá mais oferecer estes recursos necessários à sua sobrevivência. Ou seja, apesar de não serem os principais causadores dos problemas, os povos indígenas, por estarem muito ligados às florestas, são bastante vulneráveis às alterações causadas pelas mudanças climáticas.

Essa possível transformação da floresta amazônica em cerrado também mudará o ciclo de chuvas da região, pois nas florestas o ambiente úmido junto com os ventos faz com que as nuvens de chuva que se formam na Amazônia possam ir para outras partes do país, ajudando na irrigação das roças e da agricultura destas outras áreas. Sem a floresta, a umidade da Amazônia diminuirá muito e este fluxo será interrompido.

É por esta razão que alguns povos indígenas já estão participando deste debate, pois podem sofrer com os impactos das mudanças climáticas tais como secas e chuvas fora dos padrões normais, que podem alterar as condições de realização de atividades como cultivo, colheita, pesca, caça, etc. Sua participação também é importante nesta discussão, já que hoje é bastante reconhecida sua contribuição na conservação das florestas em que vivem, cuja importância na manutenção do clima global, é fundamental, como veremos a seguir.

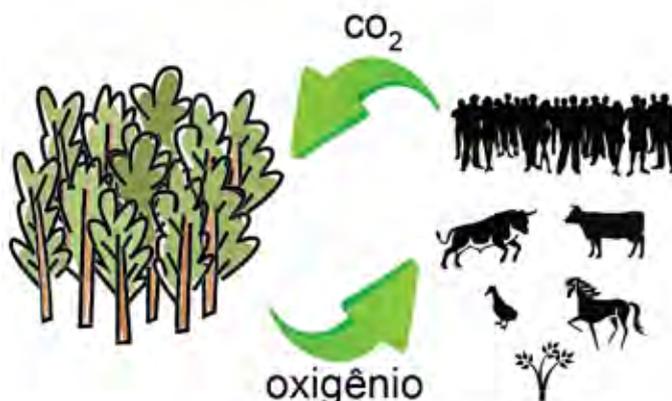
## O PAPEL DAS FLORESTAS

As florestas têm uma importância fundamental na manutenção do clima e da vida dos seres humanos. Isso porque, além de fornecerem alimentos, água e outros recursos, elas ajudam no processo conhecido como ciclo do carbono. Este ciclo funciona assim: na medida em que os homens, animais e plantas respiram para sobreviver, absorvem um gás chamado oxigênio e liberam no ar um outro gás chamado gás carbônico (CO<sub>2</sub>). As plantas, para produzirem seu alimento, retiram este gás carbônico do ar, em um processo conhecido como fotossíntese. Esta reação é necessária para que cresçam e se reproduzam. Ou seja, as plantas retiram o gás carbônico do ar e o deixam guardado no seu tronco, folhas e raízes. Esta retirada também é conhecida como seqüestro de carbono. Além disso, na fotossíntese, as plantas também liberam o oxigênio, gás essencial para nossa respiração. Esses dois processos são complementares e permitem que o nível de carbono no ar fique equilibrado.

Mas como dissemos anteriormente, o aumento da quantidade de carros, aviões, fábricas, queimadas, agricultura mecanizada e criação de gado está alterando muito este equilíbrio, pois muito gás carbônico está sendo lançado no ar. Por isso é importante lembrar a importância da manutenção das florestas em pé. Manter a floresta em pé ajuda no combate ao aquecimento global por dois motivos principais:

- As árvores retiram o gás carbônico liberado, por exemplo, na queima de combustíveis, como a gasolina, na poluição das fábricas, ou nas queimadas já que precisam dele para produzir seu alimento. Ou seja, as florestas “limpam” o ar retirando o gás carbônico dele e armazenando em suas folhas, raízes e troncos.
- Manter a floresta em pé significa diminuir o desmatamento e, ao diminuir o desmatamento, evitamos que mais gás carbônico seja liberado no ar. Isso porque com as queimadas, o carbono que estava sendo preso nas plantas na forma de tronco, raízes ou folhas é liberado em forma de gás carbônico, aumentando o efeito estufa.

### CICLO do CARBONO em EQUILÍBRIO



## POVOS INDÍGENAS E AS FLORESTAS

Os povos indígenas que vivem nas florestas contribuem fortemente para a conservação das mesmas, através de seus conhecimentos e usos tradicionais. Seus padrões de ocupação territorial e formas de gestão dos territórios que ocupam têm historicamente garantido muitas áreas de floresta em pé, e grande quantidade de carbono guardada em suas árvores. É importante lembrar que mais de 20% do gás carbônico que é liberado hoje em dia, sai do desmatamento. Além disso, a importância da ação destes povos fica ainda mais clara se pensarmos que, no Brasil, mais de 20% da Amazônia é composta por terras indígenas e que, nos últimos 30 anos, mais de 15% das florestas da Amazônia foram derrubadas. Ou seja, a floresta amazônica está sofrendo uma pressão muito grande nos últimos anos.

Para algumas empresas e governos, as florestas são uma oportunidade de negócios. Eles olham apenas para a madeira, para os minérios que podem ser retirados ou para o volume de água que pode ser aproveitado em novas hidrelétricas. Outros vêem a floresta apenas como estoque de carbono, ou seja, como um lugar em que a maior importância é a de guardar carbono preso nos troncos e raízes de árvores das florestas. Mas as florestas são muito mais que isso, elas são o lar de mais de 350 milhões de pessoas em todo o mundo que delas dependem para sua sobrevivência. Além do mais, elas propiciam oxigênio, água pura, medicamentos vitais e inúmeros outros benefícios não só para as pessoas que vivem nela, mas para todo o planeta.

Hoje, vários mecanismos estão sendo formulados para se tentar conter o desmatamento e para evitar que a temperatura da Terra aumente ainda mais. No passado, algumas iniciativas fracassaram porque foram impostas de cima para baixo e não incluíram as pessoas e comunidades que vivem na floresta e da floresta. As recentes iniciativas para reduzir a liberação de gases de efeito estufa devido ao desflorestamento e à degradação das florestas, como o mecanismo REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação) não podem



NASA



O Boletim Povos Indígenas e Meio Ambiente – Amapá e Norte do Pará é uma publicação do IPE – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena.

Tiragem: 3.000 exemplares

**Conselho editorial:** Denise Fajardo Grupioni, Dominique Tilkin Gallois, Lúcia Szmercsányi e Luís Donisete Benzi Grupioni

**Colaboração:** Marcia Franceschini, Decio Yokota e Fernanda Carvalho

repetir os mesmos erros do passado. Muitos projetos foram e ainda são feitos sem transparência, participação ou envolvimento das comunidades, deixando de respeitar seus direitos e tendo poucos resultados. Os povos indígenas, como moradores das florestas, podem participar ativamente das discussões desses mecanismos, que poderão eventualmente lhe trazer alguns benefícios. Entender essas discussões atuais sobre as mudanças climáticas é um passo importante para isso.

### O PROTOCOLO DE KYOTO

Ao longo do tempo, os governos de muitos países vêm se mobilizando em torno de sérios problemas ambientais que afetam o mundo inteiro. Estes problemas, como a perda da biodiversidade, a desertificação e as mudanças climáticas estão ocorrendo em função da intensificação de formas de exploração predatórias e constituem um problema mundial.

Em 1992, realizou-se, no Rio de Janeiro, a ECO 92, quando foi assinada a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que tem como órgão deliberativo a Conferência das Partes (conhecida pela sigla COP), que se reúne anualmente. Em 1997, na COP 3, os governos da maioria dos países do mundo assinaram o Protocolo de Kyoto, em que se comprometiam a adotar metas de redução de emissão de gases de efeito estufa, com o objetivo de cumprir o que estava estabelecido na Convenção de 1992. Em 2007 um relatório do IPCC, grupo internacional de cientistas do clima, declarou, porém, que essas metas eram insuficientes.

Em 2009, um novo grande encontro foi realizado na Dinamarca, conhecido como Conferência de Copenhague ou COP15. Havia a expectativa de que fosse realizado um acordo com novos comprometimentos e metas mais fortes por parte dos países, para diminuir sua emissão de gases de efeito estufa. Porém isso não aconteceu.

A discussão deste assunto continua ocorrendo. A última COP foi em Cancún, no México, em 2010, e contou com a participação de 194 países.

Representantes dos povos indígenas do mundo todo também têm participado destas reuniões, em fóruns próprios, procurando contribuir para que se encontrem soluções que respeitem os direitos dos povos indígenas, principalmente os direitos de ocupação de seus territórios.

Esta publicação foi possível por meio do generoso apoio do povo dos Estados Unidos através da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID). O conteúdo é da responsabilidade dos autores e não necessariamente reflete a visão da USAID ou do Governo dos Estados Unidos.

**Apoio:**



**Escritório do IPE em Macapá:**

Av. Raimundo Álvares da Costa 1689

Macapá - AP - 68900-074

Tel/Fax: (96) 3223 7633 / 3223 2052

sede-macapa@institutoiepe.org.br

[www.institutoiepe.org.br](http://www.institutoiepe.org.br)

## Povos Indígenas e Meio Ambiente Amapá e Norte do Pará

### PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DAS TERRAS INDÍGENAS DO OIAPOQUE

Depois da demarcação das suas terras, concluída no decorrer dos anos 1990, os povos indígenas do Oiapoque ainda têm que enfrentar outros desafios para garantir sua qualidade de vida nessas terras, no presente e no futuro. Alguns dos problemas que enfrentam vêm de fora das terras indígenas, como o crescimento da ocupação no entorno com fazendas, assentamentos, empreendimentos e estradas, que impactam o modo de vida atual das comunidades indígenas da região. Outros desafios surgem dentro das terras indígenas, como o crescimento da população indígena, a necessidade de mais áreas para roça, intensificação no uso e consumo de recursos naturais na região, assalariamento, maior sedentarização, e a conseqüente diminuição de algumas espécies naturais importantes para subsistência das famílias.

Pensando nos efeitos que estão sendo e que ainda serão causados por essas alterações dentro e fora de suas comunidades, os representantes indígenas do Oiapoque propuseram a construção de um Programa de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), como um instrumento para operacionalizar idéias e propostas que haviam sido discutidas e acordadas quando se elaborou o Plano de Vida dos Povos e Organizações Indígenas de Oiapoque, em 2009.

As terras indígenas do Oiapoque (TI Uaçá, Galibi, Juminã) somam 518.454 hectares, que abrigam uma população estimada em sete mil indivíduos, divididos em 37 aldeias e localidades adjacentes e pertencentes aos povos Karipuna, Galibi-Marworno, Palikur e Galibi Kali'na.

#### O QUE É O PGTA?

É uma forma de orientar o uso do território e dos recursos naturais das terras demarcadas, com o objetivo de atender as necessidades culturais, sociais e econômicas atuais dos povos que ali vivem e também conservar o meio ambiente para as futuras gerações. Um conjunto de objetivos, ações e atividades são pensados, discutidos, organizados e acordados para serem realizados a curto, médio e longo prazo, visando atingir este objetivo maior de gerir o território e os recursos naturais que existem nele. A esse conjunto de metas e ações dá-se o nome de Programa de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA).

A idéia de elaborar um Programa de Gestão Territorial e Ambiental foi formalizada em 2009, durante o lançamento do Plano de Vida dos Povos Indígenas de Oiapoque, em Macapá. O PGTA do Oiapoque foi construído para apoiar duas linhas temáticas do Plano de Vida: Território e Meio Ambiente e Produção. Quando se elaborou o Plano de Vida foram diagnosticados os principais problemas enfrentados pelos povos indígenas nas suas terras e foram discutidas maneiras de tentar resolvê-los para promover a melhoria de vida das pessoas nas áreas de Saúde, Educação, Cultura, Movimento Indígena, Território e Meio Ambiente e Produção.

#### O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PGTA

O PGTA foi construído em oficinas que reuniram caciques, agentes ambientais e professores indígenas, além de representantes de organizações não-governamentais parceiras dos povos indígenas de Oiapoque, como a TNC e o Iepé, e técnicos da Funai.

O processo de elaboração do PGTA, por meio de diversas oficinas, foi definido na Assembléia Anual de Avaliação dos Povos Indígenas de Oiapoque, na Aldeia Flexa, em fevereiro de 2010, quando se decidiu que no decorrer de um ano seriam realizadas oficinas para discutir o planejamento do trabalho; a realização de três oficinas temáticas - sobre controle territorial, manejo e uso sustentável de recursos naturais e sobre formação para a gestão ambiental -; e uma oficina para revisão dos eixos temáticos e elaboração de um arranjo institucional para sua implementação.



Participantes da última oficina do PGTA na aldeia Manga



Ana Paula da Fonte

Estas oficinas aconteceram entre fevereiro e dezembro de 2010, em várias aldeias e locais em Oiapoque, quando foi possível identificar e sistematizar os principais problemas socioambientais enfrentados hoje pelos povos indígenas da região, discutir propostas de soluções e pensar em ações concretas que pudessem contribuir para uma gestão coordenada do território e dos recursos existentes nas três terras indígenas de Oiapoque. Desse encontro surgiram diversas ideias, de todas estas pessoas e grupos, foram se combinando e formando os eixos principais do que seria o PGTA.

## PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS

Nas oficinas realizadas na aldeia Santa Izabel e Manga e no Museu Kuahi, em 2010, os participantes indígenas levantaram alguns dos principais problemas socioambientais que têm impactado seu modo e vida e o meio ambiente, dentro e fora das Terras Indígenas:

- Nascentes dos rios localizam-se fora das TIs e tem ocorrido desmatamento nas nascentes e nos rios para abertura de roças e pasto
- Asfaltamento da BR-156 e maior fluxo de veículos
- Invasões para retirada ilegal de recursos naturais nas TIs (pesca ilegal, retirada de madeira e caça predatória);

- Áreas de cultivo estão cada vez mais distantes, há desgaste do solo, com baixa produtividade e pouca diversidade de produtos cultivados; derrubada nas áreas de açaí e bacaba para plantio de mandioca, banana e roçados; e queimadas sem controle em áreas novas de

floresta para implantação dos roçados

- Transporte insuficiente para o escoamento da produção das áreas de cultivo para as Aldeias e destas para os centros de comercialização;

- Práticas predatórias de caça e pesca e práticas inadequadas de pesca durante a piracema
- Pouco conhecimento sobre as técnicas de beneficiamento de produtos extrativistas (óleos vegetais, frutas, fibras) e recursos madeiros
- Exploração inadequada dos recursos madeiros por indígenas e não-indígenas e extinção de madeira de lei (andioba, acapu, cedro etc).

## EIXOS TEMÁTICOS DO PGTA

Após esse amplo processo participativo, que envolveu muita discussão coletiva, o PGTA foi finalizado, com três eixos temáticos principais: Controle e Proteção Territorial, Manejo e uso sustentável de Recursos Naturais e Formação para Gestão Ambiental. Cada um deles tem um objetivo geral, que pode ser alcançado de muitas formas e por isto se divide em outros objetivos menores e mais específicos, que devem orientar as ações.

O eixo **Controle Territorial**, cujo objetivo geral é a proteção dos povos e das terras indígenas do Oiapoque, tem como objetivos específicos: fiscalização e monitoramento de pontos estratégicos das Terras Indígenas Uaçá, Galibi e Juminã e de seu entorno, bem como da rodovia BR 156 (que liga os municípios de Macapá a Oiapoque e atravessa a Terra Indígena Uaçá) e dos impactos de outros empreendimentos de infra-estrutura que afetam ou possam vir a afetar as Terras Indígenas; monitoramento e pesquisa de recursos naturais e proteção de recursos pesqueiros; e garantir estrutura de logística e comunicação para proteção das Terras Indígenas.

O eixo **Formação para a gestão territorial e ambiental**, cujo objetivo geral é instrumentalizar representantes indígenas para a proteção e controle do território, a preservação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, tem como objetivos específicos: ampliar os conhecimentos e mobilizar as comunidades indígenas sobre a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas do Oiapoque, elaborando e divulgando materiais educativos específicos, assim como garantir a capacitação, a formação, o reconhecimento e a remuneração dos Agentes Ambientais Indígenas.

O terceiro eixo, **Manejo e uso sustentável dos recursos naturais**, tem por objetivo geral conservar os ecossistemas com sustentabilidade para as populações indígenas e como objetivos específicos: manejo das populações de jacarés, quelônios, recursos pesqueiros e dos recursos extrativistas não-madeiros para o artesanato, comercialização e segurança alimentar; fortalecer atividades produtivas sustentáveis para a segurança alimentar; avaliar a situação das populações de espécies

de caça sujeitas a pressão; promover o enriquecimento de áreas de capoeira; garantir a integridade das bacias dos rios que passam pelas terras indígenas; e, por fim, controlar e combater incêndios.

## ARRANJO INSTITUCIONAL

Para o PGTA atingir seus objetivos foi discutido e aprovado um arranjo institucional, que é um desenho do conjunto de pessoas, associações e órgãos, que se articulam entre si, em diferentes níveis de decisões, e que assumem ações e diferentes papéis de acordo com sua atuação. Esse arranjo deve funcionar como quando se faz um mutirão para uma Assembléia: as pessoas das comunidades falam o que deve ser discutido e forma-se uma equipe para organizar as ações: há aqueles que organizam a pauta, as ações, os que pescam pra trazer comida, os que contribuem com combustível, os que mobilizam as pessoas. Assim também deve acontecer com o PGTA, cada pessoa ou instituição assumindo uma responsabilidade, para que ele dê certo.

Esse arranjo institucional prevê que o Conselho de Caciques, com representação de todas as aldeias, participe de todo o processo de negociação do PGTA e delibere sobre as ações e projetos. Ele também prevê as atribuições da Coordenação Regional e das coordenações técnicas locais da Funai, bem como das organizações indígenas, dos representantes das aldeias e das organizações parceiras, detalhando suas responsabilidades sobre cada tipo de ação necessária para que o PGTA alcance os resultados esperados.

O PGTA das Terras Indígenas de Oiapoque deverá fazer parte e ser apoiado por uma nova política de governo, que está sendo chamada de Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas-PNGATI. A proposta desta política é articular todos os órgãos do Governo Federal, envolvendo também os estados e municípios. A PNGATI foi preparada em 2010, com a participação de lideranças indígenas de todo o Brasil, inclusive de Oiapoque. Esta política definirá as prioridades e o modo de atuação dos diferentes órgãos do Governo Federal na promoção, financiamento e realização de programas de gestão territorial nas Terras Indígenas do país. As experiências dos Povos Indígenas de Oiapoque no seu Programa de Gestão Territorial e Ambiental está sendo vista como um exemplo a ser apoiado pela PNGATI.

A mobilização e construção do PGTA foi um esforço conjunto que envolveu representantes indígenas do Oiapoque, coordenações técnicas locais da Funai em Oiapoque, Coordenação Regional da Funai em Macapá e as organizações não-governamentais TNC e Iepé, que deram apoio técnico e financeiro por meio do Consórcio Paisagens Indígenas do Brasil- PIB, liderado pela TNC e composto pelo Iepé, COIAB, CIR e IIEB, com financiamento da USAID.



Ana Paula da Fonte

## ALGUMAS LIÇÕES APRENDIDAS NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PGTA

*"Os Povos Indígenas de Oiapoque estão sempre um passo a frente do que o governo quer fazer, porque já construíram o seu Plano de Vida."*

Josinei Aniká, cacique da aldeia Estrela

- Ao mesmo tempo em que estamos construindo o nosso Programa de Gestão Territorial e Ambiental para as terras indígenas do Oiapoque, estamos aprendendo sobre ele.
- O acúmulo de vários anos de trabalho sobre o tema Gestão Territorial e Ambiental nas terras indígenas de Oiapoque gerou grande consciência e preocupação ambiental por parte das comunidades indígenas, permitindo discussões ricas.
- O aliciamento para destruição vem de fora. Se as comunidades não estiverem preparadas, seu território corre um sério risco. O PGTA pode ajudar nessa preparação.
- O Agente Ambiental Indígena é referência para o processo de gestão territorial e ambiental. Por essa razão, é importantíssimo que continue recebendo formação continuada e seja reconhecido.
- A realização plena do PGTA depende da atuação conjunta dos parceiros junto aos Povos Indígenas do Oiapoque.

## PROPOSTAS DE NOVAS POLÍTICAS PARA A GESTÃO AMBIENTAL NAS TERRAS INDÍGENAS

### PNGATI

PNGATI significa **Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas**. Essa política foi proposta durante a 5ª reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI, em 2008. Um Grupo de Trabalho, para elaborar um documento-base desta política, foi criado com membros do Ministério do Meio Ambiente (MMA), da Funai e de representantes indígenas das 5 regiões do país.

Este documento-base foi escrito e submetido à consulta dos Povos Indígenas. A primeira consulta foi realizada em Recife, em novembro de 2009, contando com a participação da região Nordeste, de Minas Gerais e Espírito Santo. Posteriormente, em dezembro, foi realizada a consulta das regiões Sul e Sudeste. Em 2010 foram consultados os povos de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso e por fim, em Manaus, foi realizada uma reunião junto aos povos indígenas do Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Rondônia e Roraima.

A proposta de criação da PNGATI tem como objetivo principal garantir e promover a conservação e o uso sustentável de recursos naturais dos territórios indígenas respeitando sua autonomia e formas próprias de gestão territorial. A PNGATI define diretrizes e objetivos estratégicos com a finalidade de garantir as condições de reprodução física e cultural dos povos indígenas e de reduzir a taxa de perda da biodiversidade, por meio da proteção, recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais nas terras indígenas e no seu entorno. Reconhecendo e valorizando as contribuições socioambientais indígenas para a manutenção da biodiversidade nos diferentes biomas brasileiros, a PNGATI pretende apoiar planos e iniciativas sustentáveis nas Terras Indígenas.

Embora a elaboração dessa nova proposta de política para a gestão ambiental e territorial nas terras indígenas tenha contado com a participação e colaboração de vários representantes indígenas (mais de 1.200 segundo dados do governo), o decreto para sua criação, encaminhado à Casa Civil da Presidência da República, no final de 2010, aguarda, há mais de um ano, a assinatura da Presidente Dilma Rousseff para virar realidade.



Quinta consulta sobre a PNGATI em Manaus

Mário Viçela/Funai

### GATI

Outra iniciativa do Governo Federal voltada à gestão dos recursos naturais nas terras indígenas é o **Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena – GATI**. Esse projeto, anteriormente conhecido como GEF Indígena, resulta de uma articulação entre representantes do movimento indígena, MMA, Funai, PNUD e GEF/ONU. Diferentemente da PNGATI, que ainda não foi aprovada, o GATI já está em execução.

O objetivo do GATI é fortalecer as práticas indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais nas suas terras, consolidando a contribuição das Terras Indígenas como áreas essenciais para a conservação da diversidade biológica e cultural dos biomas florestais brasileiros.

Trinta e duas Terras Indígenas foram identificadas como áreas de referência para a execução do GATI. Entre elas estão as três terras indígenas do Oiapoque (Uaçá, Juminã e Galibi) e a Terra Indígena Wajãpi.

Essas novas políticas, que estão sendo elaboradas no âmbito do Governo Federal, partem do reconhecimento de que as práticas tradicionais de ocupação das terras indígenas e de uso dos recursos naturais foram fundamentais para manter as florestas em pé, e que apoiar ações dos povos indígenas em seus territórios contribui para evitar o desmatamento e para a manutenção da biodiversidade e conservação do meio ambiente nos diferentes biomas brasileiros.



O *Boletim Povos Indígenas e Meio Ambiente – Amapá e Norte do Pará* é uma publicação do **Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena**.

Tiragem: 4.000 exemplares

**Conselho editorial:** Denise Fajardo Grupioni, Dominique Tilkin Gallois, Lúcia Szmercsányi e Luís Donisete Benzi Grupioni

**Colaboração:** Ana Paula Nóbrega da Fonte, Roselis Mazurek e Decio Yokota

Esta publicação foi possível por meio do generoso apoio do povo dos Estados Unidos através da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID). O conteúdo é da responsabilidade dos autores e não necessariamente reflete a visão da USAID ou do Governo dos Estados Unidos.

#### Escritório do Iepé em Macapá:

Av. Raimundo Álvares da Costa 1689  
Macapá - AP - 68900-074

Tel/Fax: (96) 3223 7633 / 3223 2052  
sede-macapa@institutoiepe.org.br

[www.institutoiepe.org.br](http://www.institutoiepe.org.br)

Apoio:

